
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

15 de abril de 2025
Das 14h40 às 17h07

Reunião virtual pela Plataforma Zoom.

41ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Resumo da Reunião

Ocorreu no dia 15/04/2025, no horário entre 14h40 e 17h07, a 41ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Governo do Pará, Hydro e Alunorte. O encontro foi realizado de forma virtual por meio da plataforma Zoom. O objetivo da reunião foi discutir os assuntos a seguir:

Partes da Reunião	Pautas
1ª Parte - Temas Ordinários	• Aprovação da Ata da 40ª Reunião (11/02/2025) • Leitura e status dos encaminhamentos pendentes nas últimas reuniões
2ª Parte - Atualização dos Itens do TAC	• Atualização sobre o item 2.1.1 alíneas B, D, E e F do TAC, que trata da realização de Estudos Ambientais. • Atualização sobre o status geral de implementação do TAC • Informe sobre o item 2.1.1 C do TAC que trata sobre a realização dos estudos epidemiológicos. • Informe sobre o item 2.1.3 do TAC que trata sobre o Cupom Indenização.
3ª Parte - O que ocorrer e pauta da próxima reunião ordinária	• Revisão de assuntos gerais e definição da pauta da próxima reunião

Estavam presentes na ocasião

- Mário Assunção do Espírito Santo (1ª Representação da Sociedade Civil) - Titular
- Jackeline Souza Sales (2ª Representação da Sociedade Civil) – Titular
- Rosenilda Santana Evangelista (2ª Representação da Sociedade Civil) - Suplente
- Fabiano Azevedo Pereira (4ª Representação da Sociedade Civil) - Suplente
- Rozemiro Brito (5ª Representação da Sociedade Civil) - Titular
- Amauri Vanderley F. Figueiredo (5ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente
- Elidiane Marinho Cardim (6ª Representação da Sociedade Civil) - Titular
- Cristiane Simões Baia (6ª Representação da Sociedade Civil) - Suplente
- Rosa Maria Dias da Silva (7ª Representação da Sociedade Civil) - Titular
- Dilene Moreno Dórea (7ª Representação da Sociedade Civil) - Suplente
- Elisomar Barreto de Souza (8ª Representação da Sociedade Civil) - Titular

- Maria das Graças Figueira Pereira (9ª Representação da Sociedade Civil) - Titular
- Ereny dos Anjos Lima Barbosa (10ª Representação da Sociedade Civil) - Suplente
- Arthur Queiroz (Norsk Hydro Brasil) - Suplente
- Igor de Lima Goettenauer de Oliveira (MPF) - Titular
- José Edson Maciel (Alunorte) - Titular
- Luiz Reis (Convidado da Prefeitura de Barcarena e substituto do membro titular)
- Marcos Lobato (Sindicato dos Investigadores Químicos de Barcarena) - Suplente

Equipe da Secretaria Executiva

- Raphael Castro da Conceição – Analista Socioambiental
- Paulo Vitor Pantoja Dias – Assistente Técnico
- Letícia Cardoso Gonçalves – Assistente Técnica
- Roberta Brandão – Assessora de Comunicação

Justificaram Ausência

- Fátima Solange Oliveira Góes (4ª Representação da Sociedade Civil) - Titular

1ª PARTE - TEMAS ORDINÁRIOS

Raphael Castro faz abertura da reunião, seguido por Letícia Cardoso que explica as instruções para quem estava na sala virtual.

Paulo Dias informa que a Secretaria Executiva recebeu comunicação formal da Prefeitura Municipal de Barcarena atualizando seus representantes no Comitê de Acompanhamento do TAC: Fellipe Augusto Carnevalle dos Passos titular; e Jacobson José Estumano Santos suplente.

A reunião segue com a apresentação das pautas e anúncio dos membros presentes. Em seguida, a Secretaria Executiva relembra que as reuniões do Comitê de Acompanhamento são sempre compostas por três blocos sendo eles: i) Temas ordinários e administrativos; ii) Atualização de itens do TAC; e iii) Encaminhamentos finais, que corresponde a qualquer manifestação que venha a ocorrer no final da reunião assim como, também, a definição da pauta da próxima reunião.

1.1) Aprovação da Ata da 40ª Reunião (11/02/2025)

Raphael Castro inicia o momento sobre os informes da Ata da 40ª Reunião, registrando que a revisão do documento ainda está pendente e que o IEB se compromete a enviar a ata até sexta-feira (18/04/2025). Ele pergunta aos participantes se concordam com o prazo de duas semanas para apreciação da Ata por e-mail. Após a indagação, os membros aprovam o prazo.

1.2) Leitura e status dos encaminhamentos pendentes nas últimas reuniões:

- **Item 2.1.4 do TAC Relacionado ao investimento de até R\$8 milhões na implantação de sistemas alternativos de tratamento de distribuição coletiva de água potável.**

A Secretaria Executiva relembra que as partes signatárias buscam soluções para execução do recurso e que ocorreu, no dia 13 de fevereiro de 2025, a Reunião Técnica sobre Tecnologias Sociais de Acesso à água, conforme encaminhamento da 39ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC.

Também foi informado que, seguindo encaminhamento da 40ª reunião, a Secretaria Executiva solicitou à Prefeitura de Barcarena a apresentação do cronograma do status de expansão da rede de abastecimento Águas de São Francisco, como forma de subsidiar os encaminhamentos do Comitê sobre o item 2.1.4 do TAC. A solicitação foi feita no dia 08 de abril de 2025 aos membros do Comitê de Acompanhamento que são representantes da Prefeitura, mas, até o momento, não houve retorno em relação à essa solicitação. Raphael Castro indaga ao representante da prefeitura presente na reunião, Luiz Reis, e às partes signatárias se houve algum retorno ou atualização em relação a essa demanda.

Luiz Reis pede a palavra e informa que não poderá dar uma resposta sobre o assunto, mas que entrará em contato com os responsáveis na prefeitura para que esse retorno seja feito o mais rápido possível.

Em seguida, das partes signatárias, o Procurador da República Igor de Oliveira, representante do Ministério Público Federal, informa que não havia atualizações e que o MPF seguia em contato com as instituições realizando coletas e sistematizações das propostas que já apareceram. O Procurador da República Igor de Oliveira sugere que os representantes da sociedade civil se reúnam para construir um posicionamento para subsidiar a decisão das partes signatárias em relação à implementação do item 2.1.4.

Após a finalização de atualizações deste encaminhamento, Jackeline Sales, titular da segunda representação da sociedade civil, afirma que não houve dentro desta pauta uma resposta sobre o cronograma de expansão da rede de abastecimento de água, necessário para avançar a discussão sobre o item 2.1.4. Ela pontua que não tem observado a ocorrência obras ligadas à expansão da rede de abastecimento de água em sua região e pede que seja registrado em ata que, mais uma vez, não houve resposta sobre o cronograma por parte da Prefeitura de Barcarena que não entende o motivo de ocultar essa informação.

- **Plano de Aplicação de recursos da Cláusula Sexta do TAC.**

A Secretaria Executiva informa que, seguindo encaminhamento de reunião anterior do Comitê de Acompanhamento do TAC, solicitou, no dia 9 de abril de 2025, ao Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), instituição gestora financeira e operacional do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), via e-mail, a apresentação ao Comitê de Acompanhamento de um Plano de Trabalho para a execução do recurso via FAO, mas que até o momento não havia recebido respostas.

Também foi informado que, no dia 12 de abril de 2025, foi realizada uma capacitação junto aos membros do CA representantes sociedade civil sobre esse tema e a partir dessa capacitação foram formuladas propostas pelos representantes da sociedade civil, encaminhadas, via e-mail, aos membros do CA, no dia 15 de abril de 2025. Entre as propostas levantadas, está a solicitação de realização de uma reunião extraordinária do CA, tendo o item 6.3 do TAC como pauta única e participação de representantes do Funbio.

Ainda sobre o item 6.3 da Cláusula Sexta, o Procurador da República Igor de Oliveira responde que a transferência foi efetivada ao FAO e que a partir deste momento era necessário iniciar as ações que o Comitê de Acompanhamento do TAC já havia levantado anteriormente. Ele ratifica a importância da reunião extraordinária com FAO/Funbio e demarca que a partir de agora é necessário focar na construção de cronogramas.

O Procurador da República também informa que o MPF compartilhou com a Semas, em reunião, os documentos construídos no CA para subsidiar a execução dos recursos.

Jackeline Sales, pede a fala, e menciona que esperava a participação da Semas na reunião do CA, ocorrida em fevereiro, para responder às demandas da sociedade civil em relação ao repasse do recurso ao FAO, mas, em vez disso, a informação da transferência do recurso ocorreu por mensagens em grupos e de fontes não identificadas, o que lhe causa indignação, já que o Comitê de Acompanhamento deveria ser o espaço oficial de compartilhamento de informações sobre o TAC.

- **Ofícios recebidos pela Secretaria Executiva e direcionados às partes signatárias do TAC e aos representantes da sociedade civil no comitê.**

A Secretaria Executiva informa que recebeu, no dia 30 de março de 2025, três ofícios assinados por quatro membros do Comitê de Acompanhamento do TAC representantes da sociedade civil e endereçados às partes signatárias do TAC e ao Comitê de Acompanhamento.

Os ofícios solicitam: o redimensionamento do mapa de abrangência do TAC; a inclusão de Sr. Jorge Paulo Feitosa e de Sr^a. Maria do Socorro Neres como representantes da sociedade civil no Comitê de Acompanhamento do TAC; e a habilitação de 111 organizações, listadas no documento, a serem contempladas com projetos de infraestrutura comunitária com recursos provenientes da Cláusula Sexta do TAC.

A Secretaria Executiva reforça que enviou os ofícios aos membros do CA, no dia 10 de abril de 2025, via e-mail, acompanhados de algumas informações úteis para facilitar a leitura e avaliação dos documentos. Dentre os elementos destacados, constam informações do próprio Regimento Interno, em especial as normas sobre substituição e inclusão de membros no Comitê.

Solicita-se aos membros que avaliem os ofícios e se posicionem em relação às solicitações, podendo encaminhar as respostas à Secretaria Executiva.

2ª PARTE – ATUALIZAÇÕES DE ITENS DO TAC

2.1 Atualização sobre o item 2.1.1 alíneas B, D, E e F do TAC, que trata da realização de estudos ambientais.

O procurador da República Igor de Oliveira informa que o relatório dos Estudos Ambientais (item 2.1.1 B, D, E e F) foi entregue pela auditoria, mas, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado apresentaram questionamentos de ordem técnica, o que comprometeu a aprovação do documento e a própria participação da Empresa Walm na 41ª reunião do TAC.

Jackeline Sales pergunta o que, exatamente, comprometeu o relatório para que o estudo não fosse aprovado. Ela relembra que os resultados dos Estudos Ambientais subsidiariam a realização do Estudo Epidemiológico (2.1.1C), que também é muito aguardado pela sociedade civil. Jackeline também afirmou estranhar o fato de a empresa que desenvolveu os estudos ambientais não ter realizado visitas técnicas na comunidade e não ter feito nenhuma apresentação ao Comitê de Acompanhamento do TAC.

Maria das Graças Pereira, titular da 9ª representação da sociedade civil no CA, também manifesta interesse em entender com os estudos ambientais foram realizados e questiona se a empresa esteve nas comunidades ou se os estudos foram feitos tendo como base documentos existentes. Ela reforça a importância da participação dos presidentes e representantes das comunidades nessas ocasiões.

Tendo a palavra de volta às partes signatárias, para respostas às questões levantadas, o Procurador da República Igor Oliveira reforça que, justamente, por esse estudo ser de grande relevância, as partes signatárias estão lidando com ainda mais cautela. Isso demandou a análise de outros técnicos e especialistas para uma avaliação mais apurada dos estudos antes de efetivar sua publicidade e que um dos elementos questionados foi a não realização de visitas às comunidades. O Procurador da República complementou que o processo aguarda o parecer do Ministério Público do Estado para dar prosseguimento.

Em seguida, Jackeline Sales afirma que compreende esse fluxo de prazos pontuado pelo MPF, mas solicita a definição de um prazo para a entrega do relatório em respeito à espera da sociedade civil. Ela também pergunta ao MPF se a assessoria do Instituto Butantan atua nessas situações. O Procurador da República responde que são coisas diferentes: a assessoria do Instituto Butantan tem caráter científico para que as auditorias sejam coordenadas metodologicamente, de modo que o resultado de uma apoie a realização de outra; enquanto que os relatórios produzidos por cada auditoria são avaliados pelo Comitê Técnico do TAC e, em seguida, passam à avaliação das partes signatárias. Complementa ainda que, no caso dos Estudos Ambientais, foi acionada a perícia ambiental do Ministério Público do Estado. Em relação a prazo, o Procurador responde que o prazo estabelecido para avaliação do MPPA já havia sido vencido e que, ao questionar, foi informado de que havia ocorrido mudança de Procurador-Geral de Justiça, posto que comanda o MPPA.

2.2 Informe sobre o item 2.1.1 C do TAC que trata sobre os estudos epidemiológicos.

Edson Maciel informa que existe uma proposição, inclusive no âmbito do Comitê, de um momento com a equipe do Instituto Butantan para falar sobre o andamento desse processo, mas essa pauta ainda não conseguiu ser incluída na agenda do instituto. O que existe de atualização, a partir do quadro de atualizações do TAC, é que o processo de contratação se encontra em andamento.

Em seguida, a titular da sexta representação da sociedade civil Elidiane Cardim se pronuncia manifestando indignação com a demora dos processos das auditorias e com os prazos não são respeitados e pede rapidez nos processos.

Jackeline Sales pergunta se já existem empresas inscritas nesse processo, pois essa atualização precisa ser repassada à população. Ela pontua a necessidade de maior clareza nas explicações e pergunta qual seria a maior dificuldade, atualmente, para o andamento da auditoria. Jackeline reforça, também, a fala de Elidiane Cardim de que uma grande dificuldade do TAC é o cumprimento dos prazos e que é importante que essas datas sejam informadas aos representantes da sociedade civil para que haja um repasse de atualizações às suas respectivas comunidades. Por fim, ela relembra aquilo que foi acordado anteriormente de que quando não houver atualizações das pautas, que isso seja informado, anteriormente, via e-mail, para que o diálogo e outras pautas não fiquem estagnados.

Mário do Espírito Santo, titular da primeira representação da sociedade civil, de comunidades quilombolas e tradicionais, dirigindo-se ao MPF, afirma se sentir preocupado, pois tanto o MPF quanto o MPPA assinaram o TAC com a Hydro e a Alunorte se comprometendo com as causas que constam no documento. Na avaliação de Mário, quando a Hydro precisou fazer adequações para retomar as atividades paralisadas parcialmente pela Justiça, tudo ocorreu de forma ágil e sem burocracias, mas quando se trata dos interesses das comunidades, as etapas não fluem. O representante da sociedade civil avalia ainda que está cansado de constantemente ser caluniado e ameaçado por estar no Comitê, por não ter atualizações objetivas para repassar às comunidades que o elegeram representante.

O Procurador Igor de Oliveira agradece as manifestações e se coloca à disposição para uma reunião específica entre MPF e representantes da sociedade civil para esclarecer outros pontos pendentes e ajudar no avanço do diálogo, solicitando à Secretaria Executiva que organize essa reunião.

2.3) Atualização do status geral da implementação do TAC.

Edson Maciel informa que o material será encaminhado aos membros do Comitê de Acompanhamento do TAC, mas que no geral não haviam grandes informes sobre atualizações de maneira geral. A Secretaria Executiva registra o encaminhamento de compartilhamento do material sobre atualização do TAC.

2.4) Informe sobre o item 2.1.3 do TAC que trata sobre o Cupom Indenização.

A Secretaria Executiva introduz o ponto de pauta compartilhando que, nas últimas semanas, circularam informações diversas acerca do Cupom Indenização (item 2.1.3) e que na última reunião do CA foi solicitado que o tema entrasse como ponto de pauta para a 41ª reunião. Informa que, pelo que dispõe o próprio TAC, que não existem atualizações sobre o cupom-indenização, uma vez que ele depende da conclusão de outros itens do TAC. Dessa forma, esse ponto de pauta será tratado como um informe ampliado.

Abrindo o diálogo neste ponto, o Procurador da República Igor de Oliveira diz que já teve a oportunidade, em uma reunião que contava com a presença do Sr. Paulo Feitosa e outras lideranças comunitárias da região, de ser bem claro quanto ao seu posicionamento em relação a difusão de informações falsas.

O Procurador da República menciona ter acordo com a necessidade de finalização do TAC, como é pontuado em algumas falas da sociedade civil, mas considera incoerente cobrar o fim do TAC e, ao mesmo tempo, tentar inserir discussões que não estão postas, como a expansão da área de abrangência do TAC. Ele diz entender a insatisfação com a delimitação da área, que eventualmente pode até ter sido definida de forma arbitrária, mas o fato é que o TAC foi homologado e reabrir esse tipo de discussão implicaria em reabrir a negociação que foi encerrada com a homologação do TAC.

Finalizando sua fala, o representante do MPF no CA enfatiza duas questões: a primeira, em relação ao cuidado que se deve ter com as discussões que são levadas ao Comitê de Acompanhamento do TAC, para que não inviabilizem o que já está homologado; a segunda é em relação à difusão de notícias falsas, mencionando inclusive que foi procurado por uma jornalista que o inquiriu sobre o suposto atraso no pagamento do cupom-indenização do TAC, o que é notadamente falso, e lembra que eventuais frustrações que se tenha em relação ao TAC não autoriza a incorrer em atitudes ilícitas, como a difusão de notícias falsas. Afirma que seria muito desconfortável para o MPF abrir uma investigação contra qualquer pessoa envolvida com o acompanhamento do TAC por estar divulgando informações falsas e induzindo a população a erros. Para além da percepção da ilicitude da divulgação de notícias falsas, é necessário, segundo o Procurador, considerar que esse tipo de atitude desfavorece a celeridade da execução do TAC.

O Procurador da República pontua ainda ter ido até o município de Barcarena, ter atendido uma solicitação da sociedade civil e como em todas as vezes em que ele recebe uma pauta que vem diretamente da sociedade, ele lida da mesma maneira informando se é uma demanda que esteja ou não no campo de ação do MPF ou se cabe as outras partes signatárias se responsabilizarem. Em relação à pauta de solicitação de expansão da área de abrangência do TAC, assim como o debate sobre o Cupom Indenização, ele informa que essas demandas foram repassadas aos signatários, tendo como devolutiva uma resposta negativa. Por fim, ele indica a importância de um momento de avaliação sobre as estratégias de execução do TAC.

Concluída a manifestação do Procurador Igor de Oliveira, abre-se a palavra aos demais participantes.

Rozemiro Brito, titular da quinta representação da sociedade civil, referindo-se à área de abrangência do TAC, coloca que é constantemente interrogado por outras comunidades, que ficam situadas a menos a 1km da planta da Alunorte, com a narrativa de foram as atuais representações da sociedade civil no CA que fizeram a seleção da área de abrangência do TAC, sem inserir outras localidades que estão mais próximas. O questionamento dele surge por conta desses tipos de interrogatórios. Dessa forma, no entendimento de Rozemiro Brito, se o TAC é baseado em área de abrangência, qualquer comunidade dentro deste limite, independente se o nome estava inserido ou não no início do TAC, deveria ser contemplada pelo TAC. A partir dessa consideração, ele pede ao MP que explique quais seriam as determinantes da área de abrangência, por exemplo, a partir de quantos quilômetros da planta da Hydro seria um raio de abrangência.

Elidiane Cardim pede a fala e afirma, de acordo com situações mencionadas pelo Procurador Igor de Oliveira, ser contra qualquer tipo de postura que favoreça a disseminação de notícias falsas e espera que o TAC tenha um desfecho e que não se prolongue por mais 10 anos. Além disso, em relação ao debate sobre a área de abrangência que, segundo ela, o TAC descreve como área de influência, ela se pergunta, assim como Rozemiro Brito, quantos metros da empresa seria definida a área de abrangência. Pois de acordo com seu entendimento, essa área pode determinar comunidades que estão dentro, mas também fora, e que o mapa pode vir a beneficiar pessoas que moram nas comunidades que podem até não terem sido atingidas, assim como pode vir a deixar comunidades que foram atingidas de fora.

Em seguida, Mário do Espírito Santo se pronuncia indagando em qual parte do TAC está escrito que são 78 comunidades, pois, segundo ele, no próprio TAC está escrito a área de influência socioeconômica e não, especificamente, os nomes das comunidades. Relembra que onde consta os nomes das comunidades é na sessão de regiões sob as quais foi formado o Comitê de Acompanhamento. Em relação a propagação de notícias falsas, Mário do Espírito Santo reforça seu posicionamento contra esse tipo de ação e acrescenta ter conversado com lideranças comunitárias que não estão no CA, defendendo o direito dessas pessoas reivindicarem seus interesses, mas reforçando aquilo que foi dito pelo Procurador Igor de Oliveira de que a indenização seria paga a partir da conclusão das auditorias. Essa postura, inclusive, segundo ele, chegou a lhe acarretar ameaças. Em sua fala ele cobra, também, a participação da Semas e critica a instituição por ter colaborado, indiretamente, em sua avaliação, com a divulgação de *fakenews*. Por fim, ratifica a importância de os membros do Comitê de Acompanhamento terem consciência de seus papéis nesse espaço e assumirem seus atos, pois, segundo ele, existem membros que apoiam o movimento citado na pauta.

Jackeline Sales, a partir da fala do Procurador da República Igor de Oliveira sobre seu desconhecimento do processo de elaboração da área de abrangência do TAC, rememora a reunião em que a Hydro apresentou o mapa da área de abrangência no intuito de proporcionar mais entendimento aos representantes da sociedade civil, um mapa que consta no Termo de Referência presente no site do TAC.

Procurando se localizar em relação às pautas da reunião, Jackeline pergunta sobre as respostas ao documento enviado pela Representação 2 sobre dúvidas e sugestões em relação ao TAC. O documento foi elaborado a partir das contribuições, questionamentos e pontos de vista das comunidades dessa representação e reivindica ajustes no site para que o acesso às informações se torne mais didático e acessível para as pessoas, especialmente para aquelas que não têm a oportunidade de participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento. Jackeline Sales pergunta em qual momento receberá explicações sobre isso, pois esperava que, ao menos, o documento fosse apresentado, já que não obteve respostas formais quando o mesmo foi enviado aos signatários. Ela pontua a cobrança que recebe da população em relação ao Cupom Indenização e demarca a importância das reuniões com os signatários para receber os esclarecimentos a serem direcionados a sua comunidade. A Secretaria Executiva responde à pergunta de Jackeline Sales sobre as pautas e que apresentará o documento em questão ainda nesta reunião.

Maria das Graças Pereira pontua a importância da representação das comunidades no Comitê para que o TAC seja desenvolvido e Amauri Figueiredo, suplente da quinta representação da sociedade civil, complementa sua fala demarcando a legitimidade dos representantes da sociedade civil no CA e que devem ser eles, e não pessoas de fora, aqueles a debaterem com os signatários as questões que dizem respeito ao TAC, especialmente na reunião com Funbio. Em relação às *fakenews*, Amauri pontua a experiência de comunidades que caíram em notícias falsas entregando valores altos de sua renda em campanhas ilícitas. Amauri Figueiredo também coloca sua indignação ao relatar o constrangimento que os representantes da sociedade civil sentem ao serem questionados pela população se o TAC será concluído ou que trará, de fato, benefícios à sociedade. Ele menciona o desânimo sentido por parte de algumas representações e reafirma a importância de todos terem sido eleitos, sendo esse um motivo considerável para que alguns não desistam de seus papéis no comitê. Concluindo sua fala, solicita ao Procurador da República Igor de Oliveira que o MPF publique notas e materiais que elucidem o desenvolvimento do TAC como forma de sanar as contínuas dúvidas que as comunidades apresentam em relação ao processo.

Encerrados os pronunciamentos dos participantes em relação ao tópico do Cupom Indenização, a Secretaria Executiva recupera o documento enviado pela Segunda Representação da Sociedade Civil no CA aos signatários do TAC no dia 28 de março de 2025. O documento questiona: **i)** o valor do seguro garantia do TAC, onde está depositado e que será feito com esse dinheiro; e **ii)** o motivo de a aba “Fale Conosco” do site do TAC ter o contato do Canal Direto da Hydro ao invés da Secretaria Executiva do CA. O documento da segunda representação da sociedade civil também apresenta sugestões: **a)** inclusão de aba no site do TAC da Hydro constando todas as atas aprovadas, não excluindo a continuidade das postagens dentro do site do Ministério Público Federal; **b)** inclusão dos gastos e suas respectivas atualizações de valores conforme cláusula concluída dentro do site do TAC; **c)** atualização da lista dos membros do comitê de acompanhamento na aba “Comitês”, com foto de cada membro; **d)** exclusão da profissão da titular da 2ª Representação da Sociedade Civil no site do TAC, haja vista que é a única que descrita no espaço dessa forma; **e)** inclusão dos gastos detalhados do item 2.1.2 (Cartão Alimentação) dentro do site

do TAC, com base nos documentos enviados aos membros do comitê; e **f)** elucidação dos boatos que circularam, após reunião dos representantes do Ministério Público Federal, em Barcarena, dia 05 de fevereiro de 2025, de que o TAC iria ser encerrado, pois tais boatos causaram estranheza.

Após a leitura do documento, Jackeline Sales complementa a apresentação elucidando que seu papel como eleita é levar e trazer demandas e informes das comunidades e que documento traz contribuições que visam tornar o repasse de informações mais acessível a essas pessoas já que foi identificado que os canais oficiais de comunicação do TAC apresentam lacunas que prejudicam o entendimento. Ela pede clareza em relação aos valores do Cupom Indenização e acrescenta outras questões mais recentes trazidas pelas comunidades: pergunta como ocorrerá, na hipótese dos estudos ambientais e epidemiológico confirmarem a contaminação do ambiente e dos indivíduos, o processo de cadastro dos moradores, já que essa informação não está clara na cláusula. Ela pergunta, também, se a pessoa que recebeu o cupom alimentação receberia somente a diferença de valor com o Cupom-Indenização. Por fim, ela indaga se, caso comprovada pelas auditorias eventual contaminação, os moradores que saíram do território, após o fato gerador do TAC, e os que chegaram recentemente seriam indenizados indistintamente. Ela demarca a importância de seu questionamento, alegando que o resultado das próximas auditorias culminará no debate sobre o Cupom Indenização e que é importante antecipar as análises deste tópico.

Rozemiro Brito, com base na fala de Jackeline Sales, pontua sua preocupação com moradores atuais que não receberam, anteriormente, o cupom-alimentação, mas que, agora, por residirem no território, reivindicarão futuras indenizações. Ele sugere que o processo de cadastro ocorra, novamente, pela Práxis, já que a empresa realizou o levantamento de informações na etapa do Cupom Alimentação e conta com uma base de dados sólida das famílias residentes na localidade. Rozemiro Brito relembra, também, que na etapa do Cupom-alimentação, nem todas as famílias presentes no raio de abrangência da Alunorte, foram contempladas e que até hoje isso é motivo de questionamento por parte desses indivíduos.

Após as manifestações dos participantes, devolve-se a palavra aos signatários do TAC. O Procurador da República Igor de Oliveira se posiciona frente aos pronunciamentos e se coloca contrário a definição de detalhes do Cupom Indenização na conjuntura atual, por entender que isso pode vir a gerar expectativas na população que não correspondem à realidade. Além disso, levando em consideração a recente onda de divulgação de informações que não são verídicas, qualquer fala do MPF pode dar ensejo a uma nova rodada de *fakenews*. Neste sentido, o ideal é que diante de qualquer questionamento acerca do Cupom Indenização, a resposta indique não existe previsão para esta indenização.

Em relação ao ponto sobre as comunidades que serão beneficiadas, o Procurador da República afirma que existem duas problemáticas distintas: aquilo que já passou, se existiram comunidades que deveriam, mas não foram beneficiadas, isso é algo que pode ser resolvido agora, mas demanda um estudo e análise de sua parte; a outra coisa é aquilo que diz respeito ao futuro, no caso, as comunidades ou pessoas que residem atualmente na

região. O Procurador Igor de Oliveira apresenta que a alternativa para esses casos será decidida conjuntamente pelas partes signatárias e pelo Comitê de Acompanhamento, ou seja, a área de abrangência; quem poderá propor, se pode ser Pessoa Física ou Jurídica, ou se associação, etc. Ele reforça que a construção da metodologia para o edital do FAO, com recursos da cláusula sexta do TAC, ou qualquer outro projeto que venha a ser proposto no comitê, contará com a participação do coletivo. Por fim, ele pontua a necessidade de discernir as discussões que cabem ou não no âmbito no TAC, pois nem todas as demandas trazidas para esse espaço são do campo de ação do TAC e que esse crivo é necessário para garantir a fluidez das demandas.

3ª PARTE – O QUE OCORRER E PAUTA DAS PRÓXIMAS REUNIÕES ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.

- **O que ocorrer: Propostas da sociedade civil para implementação do item 6.3**

A Secretaria Executiva apresenta as propostas construídas pelos membros representantes da sociedade civil no 27º Círculo de Capacitação, ocorrido no dia 12 de abril de 2025, que tratou do item 6.3 do TAC. As propostas solicitam os seguintes pontos: Realização de reunião extraordinária do Comitê de Acompanhamento do TAC, tendo a cláusula 6.3 como pauta única, de modo exclusivamente presencial, com participação de representação do Fundo da Amazônia Oriental; Que o Funbio mantenha diálogos com os representantes legais da sociedade civil no Comitê de Acompanhamento do TAC; Criação de uma comissão executiva específica para acompanhar a gestão dos recursos do TAC no FAO, garantindo a participação da sociedade civil com representação paritária em relação aos demais integrantes; Que a Alunorte esclareça aos membros do CA qual é a sua “área de influência socioeconômica”, conforme expresso no item 6.3 do TAC; Que a Semas que se manifeste formalmente concordando com a destinação integral do recurso oriundo da cláusula sexta do TAC às comunidades da área de influência socioeconômica da Alunorte; Que o Funbio apresente um cronograma de execução de todas as etapas, com prazos definidos; Que as primeiras ações do Funbio contemplem levantamento sobre situação das organizações comunitárias em relação à regularidade de acordo com o regimento do FAO; Que as primeiras ações do Funbio contemplem assessoria para regularização de associações com pendências documentais e contábeis; Que as primeiras ações do Funbio contemplem treinamentos para elaboração de projetos; Que o Funbio faça escuta prévia às comunidades para definição de diretrizes para elaboração de edital e entendimento da realidade local; Que os editais do FAO, viabilizados com recursos do TAC, incluam uma linha específica para o fortalecimento das comunidades, educação profissional e melhoria de sua infraestrutura; Que o Funbio acolha as propostas levantadas anteriormente para um Plano de Aplicação dos recursos; Que os editais do FAO, viabilizados com recursos do TAC, garantam ações de apoio à formação de lideranças sociais; Que o Funbio contrate outra organização para ajudar a operacionalizar etapas, caso necessário. Após a leitura, Raphael Castro explica que o assunto em questão, por não ser ponto de pauta da reunião, não é, necessariamente, um encaminhamento, logo, será tratado como “O que ocorrer”.

Mário do Espírito Santo reafirma aos signatários as propostas e enfatiza a solicitação de uma pauta exclusiva para esse assunto que venha a ocorrer impreterivelmente em formato presencial. Ele pontua que a sociedade civil está dialogando em conjunto para que as demandas sejam encaminhadas e anuncia o envio, em nome das Representações 1 e 5, de solicitação de construção de uma linha específica de comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Mario do Espírito Santo requer que a Secretaria Executiva encaminhe a solicitação a todos os membros do Comitê de Acompanhamento do TAC, sejam eles os signatários, assim como os membros representantes da Sociedade Civil, explicando que a proposta não é acaba e está sempre aberta a contribuições e reformulações. Por fim, Maria das Graças Pereira complementa a fala de Mário do Espírito Santo e solicita que a mesma demanda apresentada possa incluir, também, a Representação 9.

- **Próximas reuniões**

Abre-se para a definição de pautas das próximas reuniões. Em relação a isso, a Secretaria Executiva relembra o encaminhamento de reunião extraordinária de pauta única sobre o item 6.3; e informa que a próxima reunião ordinária está pré-agendada e prevista para ocorrer no dia 27 de maio, neste sentido, ele consulta o comitê sobre a viabilidade de realização da reunião extraordinária no dia 13 de maio de 2025 ou se a definição da data desta reunião fica para a próxima reunião ordinária no dia 27 de maio, considerando a importância de um intervalo de tempo para a formalização do convite ao Funbio. Os membros se manifestam favoráveis a definição da data da reunião extraordinária para o dia 13 de maio. Edson Maciel chama a atenção que a proximidade das duas reuniões gera um acúmulo de pautas e encaminhamentos a serem respondidos em um curto espaço de tempo. Raphael Castro explica que, de acordo com o calendário oficial de reuniões do Comitê de Acompanhamento do TAC, a próxima reunião ordinária deve ocorrer no dia 27 de maio e pergunta se os membros concordam em manter neste dia ou se preferem adiar para outra data. Edson Maciel sugere que a reunião ordinária ocorra em junho. Jackeline Sales pergunta se a transferência de recurso ao FAO foi, de fato, oficialmente efetivada e se a reunião extraordinária trataria disso. Respondendo ao questionamento de Jackeline Sales, Raphael Castro explica que o objetivo da reunião extraordinária é a construção de encaminhamentos por parte do Comitê de Acompanhamento, logo, trata-se de reunião oficial deste comitê. Marcos Lobato coloca sua indignação que a reunião do dia teve poucos encaminhamentos que poderiam ser anunciados previamente por e-mail e não na própria reunião e que este fato demonstra falta de respeito com os participantes. Ele pontua a importância da apresentação na próxima reunião de atualizações pendentes das auditorias. Raphael Castro sugere a data da próxima reunião ordinária para o dia 3 de junho de 2025 e solicita que os membros apresentem as sugestões de pauta desta reunião, demarcando a sugestão de Marcos Lobato de que seja pautada atualizações sobre os Estudos Ambientais. Elidiane Cardim sugere como ponto de pauta para a próxima reunião ordinária o item 2.1.4 do TAC que dispõe sobre o recurso de R\$8 milhões para investimento em solução para o abastecimento de água. Jackeline Sales pontua a importância de atualizações sobre os estudos que abrangem a questão da saúde da população, pois trata-se de uma demanda recorrente das comunidades. Fabiano Pereira, suplente da quarta representação da sociedade civil, pede a palavra e informa se opor à fala do MPF de que não é possível

estabelecer um prazo para a liberação do Cupom Indenização. Para ele, é possível sim que os membros do comitê, enquanto voluntários, se organizem em diálogo para estipular o prazo deste item. Com o fim da manifestação dos presentes, foram deliberadas as seguintes pautas para a próxima reunião ordinária do Comitê de Acompanhamento:

- Atualização sobre os Estudos Ambientais;
- Estudos Epidemiológicos;
- Item 2.1.4 do TAC

Após as manifestações positivas dos presentes em relação aos pontos de pauta, a reunião foi encerrada às 17h07. A Secretaria Executiva lavrou a presente ata.